

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS PROFESSORES E DEMAIS TRABALHADORES DO FUNCIONALISMO PÚBLICO**

Alexandre Junqueira Prado Gasparotti NUNES<sup>1</sup>  
Waldete Aparecida Junqueira Prado Gasparotti NUNES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo procura realizar uma discussão em que se articulam elementos teóricos sobre o problema do aumento da produtividade do trabalho no modo capitalista de produção e seus impactos sobre o emprego e as condições de trabalho, especialmente dos professores e dos servidores públicos. Argumenta-se que o aumento da produtividade do trabalho é uma necessidade imanente ao funcionamento do modo capitalista de produção e também a chave para entender como ocorrem as crises capitalistas e o fenômeno do desemprego. Também é analisada a política de transposição do parâmetro de produtividade da empresa privada para a administração pública e as suas repercussões sobre as condições de trabalho dos funcionários públicos e dos professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aumento da produtividade. Desemprego. Precarização do trabalho.

**O aumento da produtividade do trabalho: uma introdução à luz de fatos recentes**

A produção capitalista é um processo de extração de valor de atividades que possuem utilidade concreta para a vida social. Na indústria produzem-se móveis, calçados, roupas; na agricultura, alimentos e matérias primas para a própria indústria; na construção civil, casas, edifícios, estradas, pontes, etc. Todos esses bens são produzidos para atender as necessidades humanas, porém ao capital apenas lhe interessa a sua qualidade de mercadorias, objetos portadores de valor de troca e que, produzidos em grandes quantidades, podem servir para aumentar esse mesmo valor. Atualmente, devido à concorrência global pelos mercados, o capital promove uma nova onda de ataques aos trabalhadores cuja finalidade é a maior exploração do trabalho visando extrair deste o máximo valor de troca possível.

Recentemente, a imprensa tem noticiado fatos que demonstram a incidência deste processo na realidade do Brasil.

“As companhias aéreas querem aumentar a carga horária das tripulações – pilotos e comissários – por considerá-la uma das mais baixas do mundo e pouco produtiva para o negócio da aviação civil nos vôos domésticos.” (AÉREAS..., 2011, p.B1). Esta reportagem do jornal o Estado de São Paulo mostra que no setor da aviação comercial do Brasil, as empresas

---

<sup>1</sup> Professor de geografia. Prefeitura Municipal de Bauru. Bauru – SP –Brasil. 17055175 - alexandregasparotti@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora da educação infantil. Prefeitura Municipal de Bauru. Bauru – SP –Brasil. 17055175 - junqueirawaldete@yahoo.com.br

## **Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

aéreas não querem abrir mão de seus gordos lucros para atender a crescente demanda pelo serviço do transporte aéreo no Brasil. Para isso, planejam aumentar a carga horária de trabalho dos aeronautas já contratados ao invés de contratar mais funcionários. Por outro lado, os trabalhadores do setor aéreo, através de seu sindicato (SNA) expõem a verdadeira situação de trabalho em que estão inseridos.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Gelson Fochesato, “repudia” a idéia de aumentar ou flexibilizar a carga horária das tripulações [...] ‘Estamos trabalhando no limite, voando três, quatro, cinco dias seguidos na madrugada. Isso não acontece nos Estados Unidos, onde os aeronautas têm de 10 a 12 dias de folga por mês, contra os oito dias no Brasil, os salários são mais decentes, e os aeronautas têm uma vida social mais saudável, bem diferente daqui [...] Qualquer mudança na lei é um crime inaceitável por causa do estresse que estamos vivendo, com privação de sono e extrapolando nossa capacidade física’ (JORNADA..., 2011, p.B3).

Também em O Estado de São Paulo (FILIAL..., 2011) está a notícia de que a empresa Taiwanesa Foxconn, produtora de equipamentos de informática, foi alvo de denúncias de que estaria pressionando seus empregados a trabalharem num ritmo muito além da capacidade humana. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região disse que os trabalhadores desta empresa têm metas e prazos absurdos e, para cumpri-los, fazem movimentos repetitivos em um ritmo alucinante. A Foxconn já teve registrados 11 casos de funcionários que cometeram suicídio em unidades produtoras na China. Na unidade de Indaiatuba – SP há ao menos três pessoas afastadas por depressão profunda em virtude da pressão que sofrem no ambiente de trabalho.

Portanto, o escopo deste texto é analisar a lógica do mecanismo capitalista do aumento da produtividade do trabalho nas atividades econômicas em geral e a atual transposição desta lógica para os âmbitos da administração do Estado e do setor educacional.

### **Aumento da produtividade e desemprego**

O capitalismo, como sistema econômico, tem no aumento incessante da produtividade do trabalho nas empresas uma necessidade imanente, a qual é imposta, sobretudo, pela concorrência intercapitalista que se acirrou devido à abertura dos mercados na economia globalizada. A busca constante do capital por aumento na produtividade do trabalho cria tendências ao desemprego e às crises de acumulação. Embora seja em grande medida o próprio aumento desmedido da produtividade do trabalho a causa das crises de acumulação do

## **Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

capitalismo, sua lógica de funcionamento demonstra-se tão irracional que, para superar a crise, o sistema impõe para as empresas capitalistas, a ordem de aumentar ainda a produtividade do trabalho. De acordo com Braverman (1987, p.324-325):

Aquelas indústrias e processos de trabalhos sujeitas a mecanização liberam uma massa de trabalho para exploração em outras, em geral menos mecanizadas, áreas de acumulação de capital. Com as repetidas manifestações deste ciclo, o trabalho tende a acumular-se nas indústrias e ocupações que são menos suscetíveis de aperfeiçoamento na engenharia da produtividade do trabalho. As taxas de salário nessas “novas” indústrias e ocupações são mantidas baixas pela contínua disponibilidade de população excedente relativa criada pela produtividade incessantemente crescente do trabalho em ocupações mecanizadas.

O desemprego é o pior de todos os efeitos colaterais do aumento da produtividade do trabalho nas empresas. Embora muitos imaginem que ele seja um mal passageiro, uma situação transitória da economia em dado momento, a teoria e os fatos mostram que a produtividade é, na economia capitalista da concorrência global, ao mesmo tempo, uma necessidade imposta pela própria lógica do sistema e o grande elemento contraditório do seu desenvolvimento. Em diversas situações de crise, é o próprio aumento da produtividade o motivo que leva o sistema capitalista ao estado de paralisia. Isso ocorre porque graças a inovações tecnológicas e racionalizações do processo produtivo, ao mesmo tempo em que se tem um rápido aumento do volume de mercadorias produzidas, o mercado de consumo das mesmas se debilita em função da diminuição da base de consumidores disponível (desemprego) e do descompasso entre a massa de valores de troca que cresce num ritmo muito mais rápido do que a massa salarial. Esta é a grande contradição do ciclo de realização do valor no capitalismo, a qual tem sido apontada desde Marx, quando este expôs o ciclo de reprodução ampliada do capital D-M-D'. E é uma grande contradição o fato de o capital, a cada crise, recorrer a aumentos ainda maiores da produtividade do trabalho, como se não fosse ela mesma o grande elemento de desequilíbrio do sistema econômico. Para o sistema capitalista, não existe nível que se possa considerar satisfatório para o aumento da produtividade (BRAVERMAN, 1987).

A economia de países que entram em processo de crise pode se recuperar sem criar o mesmo número de empregos do momento pré-crise. Segundo O Estado de São Paulo (KUNTZ, 2011) o diretor geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Somavia, participando de reunião num comitê do FMI, afirmou que após a crise financeira internacional que se iniciou em 2008 com o colapso das hipotecas subprime nos Estados

## **Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

Unidos e a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, melhoraram bastante os indicadores econômicos de muitos países atingidos pela crise. Porém, o nível de empregos e salários da economia destes países não melhorou na mesma proporção do aumento da produção de riqueza.

Em muitos países do mundo desenvolvido a situação do desemprego é dramática. De acordo com O Estado de São Paulo (DESEMPREGO..., 2011) o desemprego na Espanha atinge 21,3% dos espanhóis, o que equivale a cinco milhões de pessoas sem trabalho. O elevado desemprego na Espanha seria fruto de cortes de investimentos do Estado e de dezenas de grandes empresas, sendo que o maior número de cortes de empregos na Espanha tem ocorrido no setor industrial e de construção civil.

Numa economia em crise, como a da Espanha, não são apenas os cortes de investimentos do Estado e das empresas os vilões do aumento do desemprego. Para os economistas burgueses, a interpretação desta realidade nunca é a de que quando o mercado se contrai cada uma das empresas em atividade no país busca diminuir seus custos para poder diminuir também seus preços, o que exige em inúmeras atividades econômicas, principalmente nas da indústria, elevações na produtividade do processo produtivo. Essa lógica se acentua em momentos de crise. Porém, para a ciência econômica burguesa isso não se apresenta como um problema de base na tarefa de explicar os fenômenos de crise econômica tal qual o verificado na Espanha e em outros países.

### **Aumento da produtividade do trabalho e repercussões sobre a máquina estatal: ampliando o debate**

O processo de acumulação do capital, quando colocado na perspectiva do capital, tem no fator concorrência inter-capitalista um dos elementos explicativos das crises. Na prática, o sistema capitalista é uma corrida inter-capitalista pela conquista da maior fatia possível do valor que se encontra disponível na economia. Os salários, nas economias capitalistas mais avançadas, são a fatia maior do valor que cada empresa capitalista procura abocanhar. Não é a toa que no capitalismo contemporâneo os setores empresariais da publicidade e marketing ganharam tanta importância, pois é deles o papel de tentar convencer o maior número possível de indivíduos a comprar os produtos de uma determinada empresa. Entretanto, numa economia em que os salários entram em declínio, as empresas capitalistas vêm reduzidas as suas fontes de faturamento e, por conseguinte, os seus lucros ficam mais difíceis de serem obtidos. Nesta circunstância, acirra-se sobremaneira a disputa entre as empresas pelos poucos

## **Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

nichos de valor que restam na teia do mercado consumidor. Para Robert Kurz (1997, p.326-327):

Uma passagem da teoria da crise de Marx, retomada por Rosa Luxemburgo, se referia ao subconsumo das massas como fator de crise do próprio capital. Principalmente desde a era fordista de um capitalismo abrangente, voltado à produção em massa altamente organizada, o poder de compra das massas é conditio *sine qua non* para uma bem-sucedida acumulação do capital. Se o poder de compra das massas é radicalmente pulverizado pelo desemprego em massa, pela redução dos benefícios sociais e pela retração dos serviços públicos ou dos investimentos estatais, então o que se põe em xeque não é somente a reprodução social, mas também a capacidade de existência e funcionamento econômico do próprio capitalismo. Mediante globalização econômico-empresarial, tal problema não é superado, mas somente globalizado ele próprio: nesse plano, ele retornará sobre o capital com fúria redobrada. Eis por que, já a médio prazo, o neoliberalismo monetarista é um programa suicida do modo de produção capitalista.

A luta entre as empresas pela conquista da maior parcela possível do valor disponível leva-as a investir pesadamente em processos mais eficientes de produção (leiam-se aumentos da produtividade do trabalho). Na medida em que o capital, na forma de uma empresa, consegue extrair maior produção da força de trabalho de cada um de seus empregados, ele poderá, junto a seus concorrentes, praticar preços mais baixos, pois assim ele extrai um volume maior de produção sem ter de elevar na mesma proporção os seus custos. Por isso, as empresas que não conseguem acompanhar o ritmo do aumento da produtividade em seu setor de atuação geralmente são as que acabam entrando em processo de falência. Ocorre que o aumento generalizado da produtividade em toda a economia de um país, se não for acompanhado pelo aumento dos salários, acarretará na impossibilidade de absorção pelo mercado consumidor dessa massa gigantesca de mercadorias. O desemprego em massa é a consequência natural desse processo, pois na impossibilidade da realização do valor da massa gigantesca de mercadorias criadas pelo aumento colossal da produtividade, o ciclo de reprodução ampliada do capital D-M-D' não se completa. É como se o capital visse evaporar todo o valor que ele obteve ao extrair um volume maior de produção da mesma força de trabalho por ele empregada.

**Aumentos de produtividade: imposição também para o Estado e consequências para o trabalhador do setor público**

## **Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

O aumento da produtividade do trabalho não é uma imposição que se faz atualmente apenas às empresas privadas. Na atual fase do capitalismo, marcada pela globalização e seus imperativos de liberalização das relações econômicas em todos os países capitalistas, também o Estado está sujeito a necessidade de adaptar os seus parâmetros de funcionamento aos das empresas privadas. Isto equivale a dizer que, também no que se refere à política de organização do trabalho dentro do Estado, a mesma deve seguir a meta de extrair maior produtividade do trabalho de cada funcionário de modo que todo e qualquer gasto do Estado com o pagamento de salários seja compensado por um maior retorno em prestação de serviços. Estas são diretrizes que desde a década de 1980 governos de diversos países considerados desenvolvidos já implantaram em suas gestões, destacando-se a Nova Zelândia, a Inglaterra e a Austrália entre os alunos mais exemplares das lições rezadas pela cartilha do Neoliberalismo.

As relações de trabalho no setor público estão inseridas na totalidade das relações sociais de produção capitalista. Especificamente, as relações de trabalho no setor público são relações entre não proprietários dos meios de produção entre si (funcionários e governantes); não há, portanto, uma relação na qual esteja em questão a produção direta de valor para acumulação de capital. A exploração dos trabalhadores no setor público, portanto, aconteceria através da quantidade de salário que o Estado pagaria ao funcionário em relação à jornada de trabalho e às condições necessárias de vida em sociedade. Para Arnaldo José F. M. Nogueira (2005, p.4):

Isto, porém, não significa que não haja exploração direta do trabalho pelo Estado. A exploração ocorre na esfera da reprodução do capital, ou seja, nos processos de serviços e administração voltados à esfera da reprodução social e política do conjunto da sociedade de classes. A taxa de exploração do trabalho no Estado envolve a quantidade de salário em relação à jornada de trabalho e às condições necessárias de vida em sociedade, mas não é realizada para produzir, e sim reproduzir o capital.

A busca do Estado por maior produtividade do trabalho dos funcionários públicos leva a situações em que os governos reorganizam as funções dentro das repartições ou no organograma geral de funcionamento da administração pública. O objetivo destes re-enquadramentos é enxugar os gastos e aumentar a carga de trabalho dos servidores. Com isso, os governos que assumem a direção do aparelho de estado promovem um processo de precarização das condições de trabalho dos funcionários públicos, submetendo-os a situações de stress, fadiga intensa, exposição a risco de acidentes devido à sobrecarga de atividades realizadas decorrentes de regimes de multifuncionalidade aplicados ao cargo de cada servidor.

## **Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

Os governos que assumem a administração do Estado no Brasil normalmente alegam que promovem “reformas administrativas” como estas devido às restrições orçamentárias que o Estado sofre em função de quedas na arrecadação de impostos, o próprio inchaço da máquina e as regras na concessão de aposentadorias que não estariam mais de acordo com o novo perfil demográfico da população brasileira. Por isso alegam que é necessário estabelecer regras no serviço público que valorizem a “eficiência” do funcionário para a concessão de aumentos salariais, além da contenção de desperdícios e gastos desnecessários que provocariam desequilíbrios orçamentários na administração Estatal.

Há inúmeros casos de políticas implementadas recentemente na administração pública no Brasil que são paradigmas de aplicação daquilo que foi acima exposto. No Estado de São Paulo vemos já há alguns anos, desde o primeiro governo Alckmin (2003-2006) a política de pagamento de bônus anual por critérios de produtividade (duvidosos) aos profissionais da área da educação (professores, diretores, supervisores) e a implantação durante o governo José Serra (2007-2010) da política de aumentos salariais por mérito para os professores que forem aprovados em avaliações bienais promovidas pelo próprio Estado. Recentemente, nos anos de 2010-2011, a administração pública municipal de Bauru sob o comando do PMDB elaborou o novo PCCS (Plano de Cargos e Salários) dos servidores municipais o qual promoveu uma radical transformação no plano de carreira anterior do funcionalismo público municipal de Bauru. Este novo PCCS insere em todas as carreiras do funcionalismo de Bauru o princípio das promoções por mérito pessoal, as quais são obtidas através de comprovada realização de cursos de especialização, mestrado, doutorado afins ao cargo do servidor, e a progressão por mérito pessoal, conseguida através da participação em cursos de capacitação de curta duração concomitantes a bons resultados nas avaliações de desempenho funcional dos servidores. Neste item, o servidor precisa ser bem avaliado por chefias e comissões de desenvolvimento funcionais, as quais observarão itens como assiduidade do funcionário e o cumprimento de metas individuais e institucionais no exercício da sua função ou cargo. Na prática, as regras criadas pelo novo PCCS tornam mais difícil ou quase impossível, para o servidor obter os mesmos ganhos salariais de médio e longo prazo que ele obtinha pelas regras do antigo plano de carreira. Além disso, ao vincular os aumentos de salário à comprovação de suposto aumento na eficiência com que o servidor executa as funções do seu cargo, o novo PCCS é uma clara demonstração de que os atuais administradores do Estado focalizam a formulação de suas políticas nos objetivos de reduzir seus custos operacionais e aumentar a produtividade de cada servidor.



**Consequências do aumento da produtividade para o trabalho docente**

O aumento da produtividade do trabalho e sua transposição para as relações de trabalho no setor público devem ser analisadas no campo da educação. Oliveira (2004) destaca que a partir da década de 1990, o imperativo da globalização determinou a formulação de políticas educacionais no Brasil que adequassem o país aos novos padrões de acumulação de capital, superando os padrões do período fordista. Para Oliveira (2004, p.1130):

Essa nova regulação repercute diretamente na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino. Trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que têm se assentado nos conceitos de produtividade e eficácia, excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico.

A expansão do capitalismo para países da América Latina, Ásia e África, muitos dos quais até metade do século XX ainda eram colônias ou países retardatários do processo de desenvolvimento industrial, trouxe para estes o desafio de melhorar seus níveis de desenvolvimento econômico e social, tarefa para a qual a educação foi eleita como o grande instrumento. Óbvio que os países mais ricos e industrializados que exercem a dominação geopolítica mundial não iriam praticar caridade com uma parte tão grande do mundo. Para isso, seus órgãos de legitimação de poder tais como a ONU e suas agências como a Unesco, promovem campanhas ideológicas junto aos países pobres tais como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos de Jomtien, Tailândia em 1990, na qual foi estabelecido, pela influência persuasiva do poder dos países ricos junto aos países pobres do mundo, o modo pelo qual estes deveriam promover suas políticas de universalização da educação. De acordo com Carnoy (1992 apud OLIVEIRA, 2004, p.1130):

Considerando tal contexto, aqui sinteticamente caracterizado, percebe-se que a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, em Março de 1990, representou a tentativa de uma nova orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo: a educação para a equidade social. Para cumprir o compromisso estabelecido em Jomtien, de expandir a educação básica, os países em desenvolvimento tiveram que pensar estratégias de elevação do nível de atendimento às populações sem, contudo, aumentar na mesma proporção os investimentos. A redução das desigualdades sociais deveria ser buscada a partir da expansão da educação, que permitiria às populações em situação vulnerável encontrar caminhos para sua sobrevivência.



## **Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

O imperativo de elevar o nível de atendimento à população sem aumentar na mesma proporção os investimentos no setor educacional tem levado os professores a sofrerem um processo de degradação das suas condições de trabalho que comprometem sobremaneira a qualidade do ensino. O aumento excessivo do número de alunos nas salas de aula, o acúmulo de horas aula para obter melhores rendimentos mensais, as jornadas diárias em mais de uma escola, que causam maior desgaste físico e produzem despesas extras com o trabalho, todos estes são fatores que traduzem uma lógica contábil de poupança de recursos financeiros pelo Estado cujo preço é a intensificação do ritmo e da duração do trabalho dos professores.

Além destes fatores apontados que demonstram a precarização nas relações de trabalho dos professores, há também o processo de precarização nas condições de emprego desta categoria. Segundo Oliveira (2004, p.1140):

Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns Estados, ao número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.

No Brasil, o processo de desprofissionalização dos professores e a sua colocação no mesmo patamar das demais categorias que formam a classe operária foi objeto de discussões principalmente entre as décadas de 1970-1980, época em que justamente os profissionais da educação mais se mobilizaram pelo reconhecimento de seus direitos e do status de categoria profissional. O debate sobre a degradação das atividades profissionais e a apropriação dos seus saberes pelo capital encontra em Braverman (1987) uma grande referência explicativa. À luz desta referência, diríamos que a profissão professor entra em processo de proletarianização no momento em que os professores, como detentores de conhecimentos e perícias particulares do seu ofício, perdem para a administração burocrática do sistema educacional todo o controle sobre a concepção/elaboração do currículo e dos procedimentos pelos quais se dará o ensino. Desta forma, o trabalho do professor se transformaria numa forma de trabalho alienado assim como ocorreu com tantos outros profissionais que perderam para o capital a condição de senhores do saber, das habilidades e do controle sobre todo o processo de produção que caracteriza o seu ofício.

## **Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

Em síntese, a categoria dos professores também é hoje um grupo de trabalhadores que não tem domínio sobre as condições em que se desenvolve o seu ofício. Enquanto trabalhadores alienados, os professores devem se submeter às ordens que vem do seu patrão, seja ele o dono de uma escola particular ou o ocupante de um cargo de chefia da gestão de uma rede de ensino público em nível federal, estadual ou municipal. Assim sendo, os professores desenvolvem seu trabalho sob uma estrutura organizacional que não foi por eles criada. Esta estrutura, no atual momento do capitalismo, é uma estrutura montada com a finalidade de fazer cada professor trabalhar no maior ritmo e duração possíveis, extraindo assim uma enorme produtividade do seu trabalho. Os reflexos desta situação estão já há algum tempo sendo percebidos, por um lado na baixa qualidade da educação e, por outro lado, na crise pela qual passa a carreira do magistério, cujos sintomas são: a diminuição do número de novos pretendentes a profissão de professor e a grande incidência de doenças ocupacionais entre aqueles que atualmente estão trabalhando no magistério.

### **Considerações finais**

O capitalismo possui em sua essência a ilusão de que o crescimento da riqueza e a sua transformação em capital pode ser um processo infinito. Os efeitos colaterais dessa lógica irracional fazem-se sentir na sociedade moderna em situações como o desemprego de parcelas cada vez maiores da sociedade e o sentimento de mal estar daqueles que ainda estão empregados, caracterizados pela frustração com o trabalho e pela sensação deste como um fardo insuportável. Por outro lado, a clamorosa destruição do meio ambiente, cujos sintomas são as mudanças climáticas e o aquecimento global, são outra prova de que a lógica capitalista do crescimento sem limites da produção de riqueza é insustentável e tende a ser catastrófica. Enquanto toda a produção material das sociedades do mundo contemporâneo estiver focada no único objetivo de transformar o dinheiro em mais dinheiro, os seres humanos continuarão a não se encontrar com objetivos que tenham verdadeiro sentido para as suas vidas. Por esta via, não só o trabalho continuará a ser uma atividade sem sentido, uma atividade que, segundo Kurz (1992, p.17) “(...) traz em si sua própria finalidade.” Consequentemente, os próprios produtos do trabalho, a natureza, toda a vida social dos seres humanos continuará a ser um universo de coisas estranhas com as quais eles não conseguirão estabelecer vínculos e enxergar as suas reais relações de interdependência.

**CONSIDERATIONS ABOUT WORK PRODUCTIVITY INCREASE AND THEIR RESULTS FOR THE TEACHERS AND OTHERS PUBLIC EMPLOYEES**

**ABSTRACT:** *This article seeks to realize a discussion about theoretical elements of the work productivity increase in the capitalism and their results for the employment and the work conditions, specifically for the teachers and public employees. It argues that the work productivity increase is necessary to the operation of capitalist as well a key to understand how the capitalists crises occur beside the unemployment phenomenon. Also is analyzed the governmental policy to move the productivity models from private company to the public administration and what are their effects on the work conditions of public employees and teachers.*

**KEYWORDS:** *Productivity increase. Unemployment. Employment Precarious.*

**REFERÊNCIAS**

AÉREAS planejam ampliar a jornada de trabalho de pilotos e comissários. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.B1, 1 maio 2011.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DESEMPREGO atinge 21,3% dos espanhóis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.B14, 30 abr. 2011.

FILIAL no Brasil acusada de pressão no trabalho. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.B9, 24 abr. 2011.

JORNADA maior vai causar greve, diz sindicato. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.B3, 1 maio 2011.

KUNTZ, R. Economia se recupera sem criar empregos, diz a OIT. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B 9, 17 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Os últimos combates: o maio parisiense de 1968, o dezembro parisiense de 1995 e o recente acordo trabalhista alemão. In: \_\_\_\_\_. **Os últimos combates**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.289-342.

\_\_\_\_\_. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

NOGUEIRA, A. J. F. M. Relações de trabalho no setor público. In: CICLO DE DEBATES EM ECONOMIA INDUSTRIAL, TRABALHO E TECNOLOGIA, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: PUC-SP, 2005. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/eitt/downloads/III\\_Ciclo\\_Arnaldo\\_Nogueira.pdf](http://www.pucsp.br/eitt/downloads/III_Ciclo_Arnaldo_Nogueira.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2011.

**Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público**

---

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1127-1144, set./dez. 2004.